

RESUMO - NUTRIÇÃO - PRESENCIAL E SEMI

ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE NUTRICIONISTAS NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: CONFORMIDADES E DESAFIOS DOS MUNICÍPIOS E ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Daniele Almeida (Danielealmeida1500@gmail.com)

Karla Fernandes Da Silva (karlafernandesdasilva17@gmail.com)

Thainá Soares (thainasoaresp@outlook.com)

Camila Ferreira De Souza Costa (0171048@professor.unig.edu.br)

Jamilly Lobo De Freitas Francisco (jamillylobo@id.uff.br)

Introdução: A alimentação escolar é um direito humano fundamental, reconhecido por sua contribuição à saúde, ao desenvolvimento social e ao processo de ensino-aprendizagem. No Brasil, esse direito é assegurado pela Lei nº 11.947/2009, que institui o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), garantindo refeições adequadas e culturalmente apropriadas aos estudantes da educação básica. A operacionalização do programa envolve ações intersetoriais e exige a atuação qualificada de nutricionistas, cuja prática é regulamentada pela Resolução nº 788/2024 do Conselho Federal de Nutrição (CFN), que estabelece as atividades obrigatórias no âmbito do PNAE. Objetivo: Analisar se as ações desenvolvidas por nutricionistas vinculados ao PNAE nos

municípios e no estado do Rio de Janeiro, estão em conformidade com as atividades obrigatórias estabelecidas pela Resolução nº 788/2024 do CFN, identificando avanços e desafios na sua implementação. Material e Métodos: Trata-se de uma pesquisa descritivo-exploratória, transversal de abordagem quantitativa, envolvendo nutricionistas Responsáveis Técnicos e integrantes do Quadro Técnico do PNAE em instituições públicas do estado do Rio de Janeiro. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário eletrônico estruturado, utilizando amostragem em cascata como estratégia de recrutamento. O instrumento foi disseminado por redes sociais e demais canais informais de articulação profissional, permitindo o alcance progressivo de participantes a partir de redes pré-existentes. O questionário abordou aspectos relacionados à formação, local de atuação e execução das atividades obrigatórias do nutricionista no PNAE, como elaboração de cardápios, diagnósticos nutricionais, segurança alimentar, integração da agricultura familiar, educação alimentar e nutricional (EAN) e capacitação da equipe escolar. O estudo seguiu os preceitos éticos da pesquisa com seres humanos, conforme a Resolução CNS nº 466/2012. Resultados: Até o momento, sete nutricionistas responderam ao instrumento. Os dados preliminares indicam predominância de atuação em âmbito municipal, com acúmulo de responsabilidade técnica. Observou-se que 71,4% utilizam diagnósticos nutricionais e culturais para subsidiar os cardápios, e que a segurança alimentar é monitorada de forma contínua por igual proporção. As ações de EAN são realizadas esporadicamente por 42,9% dos profissionais, e regularmente com base em evidências por 28,6%. A capacitação da equipe escolar é conduzida com regularidade por 71,4% dos participantes. Já a avaliação nutricional dos estudantes ocorre de forma pontual ou regular (42,9% cada), sendo limitada, em alguns casos, pela falta de recursos. A utilização de alimentos provenientes da agricultura familiar foi inserida nos cardápios em 71,4% dos casos, enquanto 28,6% relataram uma inserção parcial. O monitoramento das ações se mostrou contínuo e detalhado. Entre os principais desafios mais citados estão a sobrecarga administrativa, acúmulo de funções e ausência de suporte técnico-institucional. Conclusão: Os dados revelam que, mesmo diante de limitações estruturais, os nutricionistas do PNAE no Rio de Janeiro vêm implementando ações em conformidade com a Resolução nº 788/2024 do CFN, garantindo os

princípios do direito humano à alimentação adequada no ambiente escolar. Destaca-se a necessidade de investimentos em suporte técnico, redução da sobrecarga de trabalho e valorização da atuação do nutricionista como agente central para a promoção da saúde, da segurança alimentar e da cidadania no contexto escolar.

Palavras-chave: políticas públicas de saúde; programas de alimentação; nutrição em saúde pública.